

Ensino da argumentação no discurso: reflexões teórico-propositivas para leitura, produção textual e análise linguística

Kleiane Bezerra de Sá¹Antônio Lailton Moraes Duarte²

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre o ensino da argumentação no discurso, objetivando discutir como é possível trabalhar a argumentação aplicada ao ensino de leitura, produção textual e análise linguística. Trata-se de um trabalho de natureza reflexiva e propositiva, fundamentado na Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy (2018), assim como no aparato de colaborações da Linguística Textual Brasileira de Cavalcante et al. (2020, 2022). Neste trabalho, de maneira mais específica, mostraremos como, a partir do gênero charge, é possível trabalhar habilidades e estratégias argumentativas, em sala de aula, considerando, entre outras questões, a reconstrução do argumento (Gonçalves-Segundo, 2024), as estratégias argumentativas mais frequentes no gênero e a relação entre doxa, contexto, e orientação argumentativa em textos de dimensão argumentativa. Sugerimos, ainda, algumas propostas de atividades de leitura, de escrita e de análise linguística que visam orientar como se pode trabalhar a argumentação no discurso, por meio da análise de práticas pedagógicas que interessam à formação de professores.

Palavras-chave: ensino de argumentação no discurso; leitura; produção textual; análise linguística.

¹ Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (2018); Bolsista CAPES do Programa Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal (2017); Membro do Grupo de Pesquisa Protexto-UFC (desde 2014); Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (2013); Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Ceará (2010); Professora da rede estadual de ensino do estado do Ceará (de 2010 a 2023); Professora-Colaboradora ProfLetras - UECE; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Protexto-UFC (desde 2014) e Líder do Grupo de Pesquisa GPLLED - IFCE. Professora EBTT do Instituto Federal do Ceará. ORCID Id: <https://orcid.org/0009-0005-2706-2687>. E-mail: kleiane.bezerra@ifce.edu.br.

²Doutor em Linguística (2023) pela Universidade Federal do Ceará. Professor de Linguística e Língua Portuguesa do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, campus de Limoeiro do Norte da Universidade Estadual do Ceará. Membro da Comissão de Linguística Textual da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Membro do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GTLTAC/ANPOLL). Membro do grupo de pesquisa PROTEXTO/Unilab. Bolsista de produtividade em pesquisa, estímulo à interiorização e inovação tecnológica - BPI/FUNCAP - Processo n. BP6-0241-00227.01.00/25. Orientador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e do Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará (IC/UECE). Coordenador do Projeto de Iniciação Artística/PROEX/UECE intitulado "Arte de ler liberta: uma perspectiva de ressocialização na Vara Única Criminal da Comarca de Limoeiro do Norte-CE (3a edição)" e do Projeto de extensão /PROEX/UECE intitulado "Estudo e criação de um banco de atividade de prática de letramento digital" (4a edição). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4099-4858>. E-mail: antonio.duarte@uece.br.

Teaching argumentation in discourse: theoretical and practical reflections on reading, writing, and linguistic analysis

Abstract: In this article, we reflect on the teaching of argumentation in discourse, aiming to discuss how it is possible to work on argumentation in discourse, more closely related to the teaching of reading, textual production, and linguistic analysis. This is a reflective and propositional work, based on Amossy's Theory of Argumentation in Discourse (2018), as well as on the collaborative framework of Brazilian Textual Linguistics by Cavalcante et al. (2020, 2022). More specifically, we will demonstrate how, based on the cartoon genre, it is possible to work on argumentative skills and strategies in the classroom, considering, among other issues, argument reconstruction (Gonçalves-Segundo, 2024), the most frequent argumentative strategies in the genre, and the relationship between *doxa*, context, and argumentative orientation in texts with an argumentative dimension. We also propose some reading, writing, and linguistic analysis activities that can guide how to work on argumentation in discourse, through the analysis of pedagogical practices that are relevant to teacher training.

Keywords: teaching argumentation in discourse; reading; textual production; linguistic analysis.

Introdução

Neste artigo, apresentamos uma reflexão sobre o ensino do fenômeno textual-discursivo da argumentação, com o objetivo de demonstrar como é possível trabalhar a argumentatividade nas atividades de leitura, de produção textual e de análise linguística, pautando-nos em uma visão de ensino de língua voltada para o desenvolvimento da competência textual-discursiva do educando. Trata-se de um trabalho de natureza reflexiva e propositiva, fundamentado na Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy (2018) com as colaborações da Linguística Textual Brasileira de Cavalcante *et al.* (2020, 2022).

Neste trabalho, de maneira mais específica, refletimos sobre como, a partir do gênero charge, é possível trabalhar habilidades e estratégias argumentativas, na sala de aula, considerando, entre outras questões, a reconstrução do argumento (Gonçalves-Segundo, 2024), as estratégias argumentativas mais frequentes no gênero e a relação entre *doxa*, contexto, e orientação argumentativa em textos de dimensão argumentativa. Sugerimos, ainda, algumas propostas de atividades de escrita e de análise linguística que assinalam como se pode trabalhar a argumentação no discurso.

Argumentação no discurso e ensino de língua portuguesa

Em *A argumentação no discurso*, publicado, originalmente, na França, em 2016, e traduzido para o Português do Brasil em 2018, Ruth Amossy faz uma longa introdução, traçando as ideias-chave das principais abordagens da argumentação do pós-Segunda Guerra até o momento atual, para, então, expor sua proposta.

A autora inicia falando da necessidade de recolocar a perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) sobre o auditório em uma perspectiva linguística quando se deve analisar concretamente um corpus de dados, a fim de saber “não somente com que tipo de auditório o orador se relaciona, mas também de que maneira a imagem do auditório construída pelo orador se inscreve na materialidade da troca verbal” (AMOSSY, 2018, p.51). Ao realçar a necessidade de analisar o auditório em uma perspectiva linguística, a autora logo de início, deixa transparecer que sua proposta acrescenta muito aos estudos da argumentação.

Ao traçar as principais contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) sobre o auditório, Amossy (2018) mostra que, para eles, o discurso argumentativo é sempre dialógico, no sentido bakhtiniano, ou seja, necessariamente endereçado a outra pessoa e leva sua fala em consideração, mas não deve ser, obrigatoriamente, um diálogo efetivo, podendo ser tanto escrito quanto oral. No entanto, no quadro da análise argumentativa, “o auditório face a face e o auditório virtual exigem modalidades diferentes” (AMOSSY, 2018, p.53). O que resta de comum entre ambos é a importância da *doxa* ou opinião comum para que o locutor construa, a partir dela, uma imagem do auditório cuja adesão pretende obter. Amossy destaca, então, que nunca se trata de um auditório empírico, “o auditório é sempre uma construção do orador” (AMOSSY, 2018, p. 55), uma imagem por ele criada, imagem esta que deixa marcas explícitas no texto, a nosso ver, fruto de uma encenação. Embora possa também utilizar-se de dados da pesquisa sociológica, “é somente quando se materializa na troca verbal que ela toma consistência e pode ser relacionada a dados ou a imagens exteriores preexistentes” (AMOSSY, 2018, p.57).

A analista do discurso defende que os autores da Nova Retórica, porém, insistem em uma comunicação baseada na *doxa*, “mas não se preocupam com sua inscrição na materialidade do discurso, isto é, de que maneira a imagem que o orador faz de seu auditório se traduz concretamente em sua fala” (AMOSSY, 2018, p. 56). Neste sentido, podemos afirmar que a abordagem da argumentação de Amossy tenta, dentre outras

coisas, preencher essa lacuna da Nova Retórica em relação à importância da linguagem, o que a torna muito mais abrangente para o ensino da argumentação em aulas de Língua Portuguesa, caso comparada à proposta dos jusfilósofos belgas.

Posto isso, Amossy (2018) observa que o processo de discursivização no qual a imagem que o orador faz do auditório se concretiza no texto é o que Grize (1971, 1992) chama de “esquematização”. Percebemos, então, algo em comum entre a abordagem conhecida como Lógica Natural e a Análise da Argumentação no Discurso, em termos de atenção ao elemento linguístico, conforme comentamos anteriormente. Outro ponto em comum é a importância dada às representações coletivas, que Grize (1992) chama de estereótipos, “operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo fixo” (AMOSSY, 2018, p. 59). Desse modo, ambas as abordagens, de Grize (1971, 1992) e de Amossy (2018), valorizam o importante papel da linguagem.

O auditório (que Amossy também chama de alocutário), ou melhor, a imagem que o locutor faz dele, deixa marcas linguísticas no texto, as quais podem ser percebidas por meio de designações nominais explícitas (nomes próprios ou vocativos), descrições ou pronomes pessoais (especialmente os de segunda pessoa). Vale ressaltar, contudo, que, “o texto pode fazer a economia do endereçamento e apagar toda menção ao destinatário, mas ele não pode omitir a inscrição silenciosa dos valores e das crenças a partir dos quais tenta estabelecer comunicação” (AMOSSY, 2018, p. 62).

Para a autora, a questão do auditório está intimamente ligada ao *ethos* discursivo, que ela também chama de encenação do orador. Diz respeito à “imagem que o orador constrói de si mesmo em seu discurso, com o objetivo de contribuir para a eficácia de seu dizer” (AMOSSY, 2018, p.79). Na enunciação, tal imagem é construída e proposta ao alocutário por meio de marcas verbais (modalizadores, termos avaliativos etc.), mas não somente.

Ela também é elaborada segundo o *ethos* pré-discursivo, relacionado à ideia que o auditório faz do locutor antes que ele tome a palavra, ou seja, seu *status*, que depende de seu papel social e de seu poder. Desse modo, a imagem de si do orador pode ser analisada em um nível linguístico e em um nível pré-discursivo, que exige um conhecimento de campo (o contexto político, intelectual etc.) do qual o locutor faz parte, pois “esse conhecimento permite determinar em que medida sua fala produzirá

autoridade, se está autorizado a se apropriar dos assuntos que aborda, bem como do gênero que seleciona” (AMOSSY, 2018, p. 91). Em relação ao *ethos* pré-discursivo, é preciso ter em mente também o estereótipo (que depende dos modelos culturais vigentes) que se faz da categoria social, profissional, étnica do locutor, dentre outras categorias, tendo em conta que não é rara a existência de imagens antagônicas de determinado locutor dentro de um mesmo auditório. Na relação entre os dois tipos de *ethos*, o discursivo pode remodelar o pré-discursivo, quando indesejado, ou reforçá-lo, quando positivo.

Ao falar dos fundamentos da argumentação, Amossy (2018) pontua, em sintonia com a Nova Retórica, que “o saber compartilhado e as representações sociais constituem, então, o fundamento de toda argumentação” (AMOSSY, 2018, p. 107). O saber compartilhado corresponderia à *doxa* da retórica clássica, enquanto as representações sociais seriam os *topoi*. Ela considera que a *doxa* atravessa o sujeito falante sem que ele perceba, condicionando-o, sem, no entanto, tirar a intencionalidade e a programação de seu discurso, que seriam tributárias desse saber comum ou dóxico.

Ainda sobre os fundamentos da argumentação, Amossy (2018) discute os conceitos de topos, cujo plural é *topoi*. Ambos se encaixam no que ela chama de formas dóxicas. A autora salienta que essas noções variam conforme a abordagem. Para ela, em concordância, mais uma vez, com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e Aristóteles (1988), o topos “é um esquema sem conteúdo determinado que modela a argumentação” (AMOSSY, 2018, p. 119). Um exemplo de *topos* seria: “o que é devido ao menos importante é, com maior razão, devido ao mais importante”. Dentro desse esquema, várias coisas podem ser colocadas, justamente por ele ser vazio. Ela ressalta, entretanto, que a lista de *topoi* apresentada por Aristóteles não cobre todos os tipos existentes. Quanto a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), eles teriam evidenciado algo muito importante sobre os *topoi*, que é o fato de sua maior ou menor utilização relacionar-se aos valores e modos de ver de uma época.

Quanto à noção de estereótipo, também tratada enquanto um dos fundamentos da argumentação, ela diz respeito a “uma representação ou uma imagem coletiva simplificada e fixa dos seres e das coisas, que herdamos de nossa cultura e que determina nossas atitudes e nossos comportamentos” (AMOSSY, 2018, p. 130). O alocutário interpreta um estereótipo adotado pelo locutor, aderindo a ele ou não; disso deriva sua importância na argumentação, pois a adoção de um estereótipo inadequado pode causar

efeitos opostos aos pretendidos. O estereótipo de mulher como dona de casa e mãe geraria problemas num auditório feminista, por exemplo. Por isso, Amossy (2018, p. 132) é contundente ao sustentar que, “no campo da argumentação, o estereótipo é funcional e construtivo”.

Vemos, assim, a aproximação entre Grize (1971, 1992) e Amossy (2018) em relação à noção de estereótipo. A Análise da Argumentação no Discurso também não deixa de lado a noção de interdiscurso, uma vez que considera que “a interação argumentativa é tributária de um saber compartilhado e de um espaço discursivo” (AMOSSY, 2018, p. 118). Segundo Possenti (2003), quando um estudioso incorpora uma teoria do interdiscurso, ele analisa um discurso que se opõe a outro, não a todos os outros. Assim, podemos afirmar, em nosso assentimento, que elementos dóxicos circulam por diferentes discursos e estão relacionados entre si. Citando outro analista do discurso, Maingueneau (1996), Amossy (2018) concorda que, para a Análise do Discurso, “se se considerar o discurso particular, pode-se [...] chamar de interdiscurso o conjunto de unidades discursivas com as quais ele entra em relação” (MAINGUENEAU, 1996, p. 50 *apud* AMOSSY, 2018, p. 118).

Amossy (2018) admite que a Análise do Discurso pode contornar vários problemas graças à noção de interdiscurso, que teria como modelo a noção de intertexto. A intertextualidade é uma noção muito cara aos estudos literários e à Linguística Textual. Kristeva (1974) considera que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1974 *apud* KOCH, 2018, p. 62). Carvalho (2018, p. 19) admite a relação intertextual nos seguintes modos: i) quando há diálogo entre textos específicos, dado pela inserção de partes de um texto em outro, ou pelas modificações operadas em um texto de modo que se transformou em outro, ou, ainda, quando um texto cumpre a função de comentar outro, casos a que chamamos intertextualidade estrita; e/ou ii) quando não há a retomada de um texto específico, mas se verifica a imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores ou quando um texto alude a conteúdos explicitados em textos diversos, situações a que chamamos intertextualidade ampla.

A posição de Carvalho (2018) mostra que a intertextualidade se manifesta de forma ampla e de forma restrita, o que revela uma clara distinção entre texto e discurso e

demonstra um movimento da relação intertextual, a nosso ver, dentro de um contínuo do amplo para o restrito e vice-versa.

Macedo (2018), cuja pesquisa une os postulados da Linguística Textual aos estudos de Amossy, demonstra que existem estratégias de textualização utilizadas para expressar posicionamentos e diferentes formas de argumentatividade discursiva em textos polêmicos.

Dentre essas estratégias, a intertextualidade seria responsável por instaurar a polêmica, ao evidenciar posicionamentos que se contrapõem radicalmente a respeito de um tema de interesse social e político, portanto, de interesse público. Como colocamos na introdução e retomamos adiante, Amossy (2017) apresenta a polêmica como modalidade argumentativa. Podemos, então, afirmar, que a pesquisa de Macedo (2018) traz uma contribuição importante ao mostrar que não só o interdiscurso, mas também a intertextualidade tem papel fundamental no discurso polêmico.

Sobre o papel dos esquemas argumentativos no discurso, Amossy (2018) insiste em que o termo *logos* deva ser abraçado em seus dois sentidos: de “razão” e de “palavra”. Sendo assim, a lógica formal seria reducionista, posto que não considera elementos da interação verbal, ou seja, da palavra.

Destarte, é necessário considerar “a observação dos esquemas argumentativos subjacentes que organizam o raciocínio e os funcionamentos discursivos que fundamentam a troca” (AMOSSY, 2018, p. 139). Silogismos, entimemas, analogias e ilustrações, que são esquemas argumentativos da retórica aristotélica, na Análise da Argumentação no Discurso, são cruciais e não perdem sua importância, na medida em que são inclusos dados discursivos da troca verbal e a complexidade da linguagem natural é considerada, visto que reduzir as trocas verbais a uma sequência lógica “é apagar a lógica dos sujeitos presente no raciocínio em língua natural, em oposição à lógica matemática” (GRIZE, 1992 *apud* AMOSSY, 2018, p. 138). Justamente por não se limitar ao *logos* enquanto razão, mas buscar elementos da interação verbal, a retórica recorre a outros aportes, principalmente à pragmática, “que se preocupa com a orientação argumentativa e com o encadeamento dos enunciados” (AMOSSY, 2018, p. 171). No estudo das escolhas lexicais e de seu peso argumentativo, a autora observa que não examina o léxico em si e por si, mas estuda o modo pelo qual a escolha de um termo orienta e modela a argumentação, uma vez que o uso de uma palavra ocorre no quadro da

interação e é sempre direcionado a um auditório. Nesse sentido, a língua ocupa um espaço importante, mas não no sentido de sistema autônomo, concepção de Anscombe e Ducrot (1976).

Na proposta de Amossy (2018), se a palavra dita possui seu peso em uma interação, a não dita não deixa de ter sua importância, uma vez que “o implícito contribui para a força argumentativa na medida em que empenha o alocutário a completar os elementos ausentes” (AMOSSY, 2018, p. 178), permitindo ao locutor fugir da responsabilidade do implícito, que ele passa ao auditório, responsável pela interpretação.

Feitas suas considerações sobre *ethos* e *logos*, Amossy (2018) analisa o *pathos*, vale dizer, o papel das emoções na argumentação. Para a autora, “se o *logos* diz respeito às estratégias discursivas e o *ethos* diz respeito à imagem do locutor, o *pathos* incide diretamente sobre o auditório” (AMOSSY, 2018, p. 195), pois é relativo às emoções que o locutor tenta suscitar no alocutário, com o intuito de fazê-lo agir sob seu impulso. Com efeito, é possível agir sobre as pessoas provocando sua cólera ou sua compaixão, seu medo ou sua confiança, movendo, enfim, seus sentimentos. Exatamente por isso, o *pathos* seria acusado pela maioria dos autores, conforme Amossy (2018, p. 201), de ser perigoso, pois obscureceria a razão, levando à irracionalidade.

Após mostrar diferentes posicionamentos a favor e contra o *pathos*, Amossy (2018) busca mostrar como ele se inscreve na fala argumentativa. Antes de tudo, é preciso esclarecer que o *pathos* não diz respeito às emoções do locutor, mas àquelas do auditório. Tais emoções podem ser suscitadas de modo implícito. Por meio da descrição de uma cena, por exemplo, podemos gerar um sentimento de indignação no alocutário, sem a utilização da palavra indignação ou de um chamado direto a esse estado de espírito. É possível também inscrever a emoção almejada de forma direta, explícita no enunciado.

As marcas da afetividade deixadas na linguagem a fim de mover os sentimentos do auditório aparecem por meio de categorias semânticas ou axiológicas manifestadas na escolha lexical; em procedimentos sintáticos, como a ordem das palavras; no uso de frases exclamativas; na utilização de interjeições e, até mesmo, nas marcas estilísticas. Oliveira (2020), tomando por base a Linguística Textual e a abordagem da argumentação proposta por Amossy, faz uma análise das estratégias textuais de referenciação e de intertextualidade que se servem do *pathos* em textos polêmicos e sustenta que as provas

retóricas - *pathos*, *logos* e *ethos* - sejam inseparáveis à medida que são da ordem do razoável, isto é, do que é considerado plausível em uma argumentação. Assim sendo, para nós, o *pathos*, em uma visão ampla, não se desvincula da razão, mas não pode submeter-se inteiramente a ela (OLIVEIRA, 2020, p. 104).

A analista do discurso, Amossy (2018), também não opõe *logos* e *pathos*, mas defende que a razão sustenta a emoção. Se por “sustentar” entendermos uma submissão do *pathos* ao *logos* e se tal submissão for absoluta, Oliveira (2020), conforme citação anterior, discorda de Amossy, na medida em que entende que há uma relação de vinculação entre essas provas retóricas e não de submissão *in totum* ao *logos*. De qualquer forma, ambos mantêm a tríade aristotélica formada por *logos*, *ethos* e *pathos*. Discordâncias à parte, notamos, em Amossy (2018), uma não rejeição da herança clássica, o que ela faz é uma releitura, a partir de postulados da Análise do Discurso, dando continuidade ao desenvolvimento das pesquisas sobre argumentação.

No quadro a seguir, apresentamos alguns princípios da Análise da Argumentação no Discurso. Segundo Amossy (2018), trata-se de uma abordagem:

Quadro 1 – Sinóptico dos Princípios da Análise da Argumentação no Discurso

Linguageira	A argumentação é construída por meio de recursos linguísticos
Comunicacional	A argumentação está associada a uma situação de comunicação na qual produz efeito.
Dialógica	A argumentação é uma troca entre parceiros em um espaço saturado de discurso, no qual há confrontação de ponto de vista, mesmo quando não há polêmica.
Genérica	A argumentação sempre se inscreve num tipo e num gênero do discurso, que determina finalidades, quadros enunciativos e distribuição dos papéis.

Figural	A argumentação recorre aos efeitos de estilo ou figuras para exercer impactos no alocutário.
Textual	A argumentação deve ser estudada no nível de sua construção textual.

Fonte: Adaptado de Amossy (2018, p. 41-42).

Esses princípios colocados por Amossy (2018) alargam os horizontes dos estudos da argumentação. Destacamos, especialmente, o papel da linguagem, dos gêneros do discurso e dos estudos do texto, uma vez que são fundamentais nas aulas de Língua Portuguesa. Na realidade, os seis princípios são, de alguma maneira, resumidos na importância do papel da linguagem para a Análise da Argumentação no Discurso.

Por fim, vale assinalar que Amossy (2018) considera que a argumentação está presente em todos os discursos. Em alguns, ela está presente de forma explícita e a intenção de persuadir é evidente: estes têm o que ela chama de visada argumentativa. Quando a argumentação não é explícita, o texto possui uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2018).

Essa questão é a abordada por Sousa (2022) quando trata dos gêneros da ordem do argumentar na BNCC (Brasil, 2017), em que se distingue entre dimensão argumentativa e da visada argumentativa nos gêneros, pois defendemos que essa questão não se dá apenas no âmbito das relações discursivas, mas é estabelecida também no âmbito das relações genéricas. Advogamos que é principalmente pela organização composicional de um gênero que se pode verificar se há uma estrutura sequencial dominante, tal como salienta Adam (2019), compondo as unidades informacionais do gênero, evidenciando a seleção e hierarquização de argumentos em direção a uma tese dentro da relação genérica. Daí, teríamos os gêneros como sendo todos de dimensão argumentativa e apenas alguns de visada argumentativa.

Na obra *Apologia da polêmica* (2017), cujo título, no original em francês é *Apologie de la polémique* (2014), Amossy, que em muitos pontos retoma e se aproxima de Perelman e Olbrechts-Tyteca, toma relativa distância em um aspecto: a questão da argumentação voltada para o consenso. Segundo ela, “a nova retórica não se interessa

pelo raciocínio que se desenvolveria de modo autônomo na mente de um sujeito pensante, mas pelo raciocínio verbal em uma situação de comunicação que visa ao acordo” (AMOSSY, 2017, p. 21). O acordo, que ocorre na discussão, seria, para os jusfilósofos belgas, o objetivo principal a ser atingido, atendendo a necessidades filosóficas, na busca do razoável, e sociais, ao encontrar o que pareça aceitável à maioria. Amossy (2017), por sua vez, defende que a polêmica (que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) chamam de debate), geralmente indesejada e tida como vã e estéril, é, na realidade, um dos sinais da democracia. Onde há autoritarismo, não há espaço para a polêmica, pois falta liberdade de expressão. Sendo assim, o dissenso também possuiria seu papel.

Nessa perspectiva, a polêmica seria “a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. Enquanto interação verbal, ela surge como um modo particular de gestão de conflito” (AMOSSY, 2017, p. 53). Sua perspectiva diferencia-se, neste aspecto, da Retórica Clássica de Aristóteles e da Nova Retórica, proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), que buscam o acordo entre as partes antagônicas, desacreditando “os tipos de interação que não são passíveis de conduzir a uma adesão dos espíritos” (AMOSSY, 2017, p. 22), pois, na polêmica, o que se apresenta é a retórica do dissenso.

Enquanto no acordo existe o consenso, a polêmica é marcada por um desacordo profundo, no qual ambas as partes procuram defender suas teses, que são razoáveis, cada uma a seu modo, assim que o razoável está presente em discursos polêmicos também. Macedo (2018) afirma a importância da modalidade polêmica ao constatar o seguinte: a função principal da polêmica é a de autorizar a coexistência no dissenso. Nisso reside sua legitimidade democrática e retórica, pois uma sociedade democrática pluralista na qual a diversidade e o antagonismo de opiniões é a regra, e não a exceção, supõe que atores que compartilham, mas que também divergem bastante, em relação a princípios, valores, opiniões e projetos de sociedade possam dividir o mesmo espaço sem transformá-lo em um campo de barbárie (MACEDO, 2018)

Vale ressaltar que Amossy (2017) não desvaloriza o consenso. O que ela faz é reivindicar o espaço devido ao dissenso, colocando a polêmica como uma modalidade argumentativa válida e necessária.

Podemos observar, então, que a Abordagem da Argumentação no Discurso, defendida por Amossy, traz, em comparação com as demais aqui apresentadas, além da

proposta da polêmica como modalidade argumentativa, uma visão mais ampla da argumentação. Ao afirmarmos que se trata de uma abordagem mais ampla, tomamos por base o fato de a analista do discurso unir elementos que pertencem às abordagens de Aristóteles (1988), Perelman e Olbrechts- Tyteca (2014), Grize (1971, 1992), dentre outros teóricos da argumentação, e associá-los a pressupostos da Análise do Discurso, dando à linguagem um espaço que ela antes não tivera em outras abordagens. Enfatizamos que a apologia feita à polêmica traz uma contribuição enorme, não somente para os estudos da retórica especificamente, mas também para a educação, a tolerância e a cidadania, na difícil construção contínua da democracia.

O ensino de argumentação no discurso associado à leitura, produção textual e análise linguística

Figura 1: Charge de Latuff



Fonte: <https://www.brasil247.com/charges/criancas-de-gaza> Acesso em: 15 mai 2025.

Na figura 1, temos a charge de Carlos Latuff, publicada em 2025 no portal Brasil 247, que integra uma polêmica (inter)discursiva de forte teor político e humanitário: a tragédia vivida por civis — especialmente crianças — em zonas de conflito, como a Faixa de Gaza, e a resposta (ou falta dela) das lideranças mundiais diante dessas mortes. No centro da charge está o Papa Francisco sendo recebido no céu por crianças representadas como anjinhos, o que pressupõe que essas crianças morreram. Uma das figuras angelicais pergunta: “Quem são os anjinhos recebendo o Papa Francisco?”, e a resposta é: “As crianças de Gaza”. A composição sugere que o Papa também morreu, aproximando sua figura da das crianças — todas vítimas de violência.

Assim, o trabalho com a charge da figura 1, no que se refere à argumentação, passa pelo reconhecimento de que este gênero opera como denúncia e lamento, promovendo uma leitura crítica da realidade geopolítica contemporânea e provocando uma reflexão ética sobre a violência contra civis, sobretudo crianças, dentro da relação entre os interlocutores desta situação comunicativa.

a) O ensino da argumentação no discurso com a leitura

As questões a seguir mostram como pode ser feito o ensino da argumentação por meio da leitura:

1. De que fato social trata a charge e qual é o ponto de vista defendido pelo autor da charge a respeito das mortes em Gaza? Que argumentos são utilizados na charge para defender esse posicionamento?
2. Identifique os efeitos de sentido gerados pela pergunta “Quem são os anjinhos recebendo o Papa Francisco?” e pela resposta “As crianças de Gaza.” A charge sugere alguma solução para o problema apresentado? Qual seria, implicitamente? Quais marcas explícitas na charge revelam uma encenação da imagem do auditório criada pelo chargista? Quais imagens exteriores preexistentes estão relacionadas na charge?
3. Quais as crenças e valores presentes na charge traduzem a imagem do auditório criada pelo chargista? Qual é a representação cultural preexistente, um esquema coletivo fixo, operado pelo chargista ao pensar o real, a morte do Papa Francisco e a morte de crianças em Gaza? Qual é a ideia que o auditório faz do chargista antes que ele tome a palavra, ou seja, seu *status*, seu papel social e seu poder?
4. Qual é o conhecimento de campo do qual o chargista faz parte que o permite determinar e produzir autoridade em sua fala na charge? Quais modelos culturais vigentes presentes na charge criam os estereótipos sobre o Papa Francisco, levando em consideração a categoria social, profissional, étnica dele pelo chargista?

5. Como a intertextualidade é utilizada para expressar posicionamentos e diferentes formas de argumentatividade discursiva na charge ao instaurar a polêmica sobre a guerra em Gaza e ao evidenciar posicionamentos do Papa Francisco que se contrapõem radicalmente a respeito desse conflito bélico? Quais as finalidades, quadros enunciativos e distribuição dos papéis enunciativos na charge em questão? Quais os efeitos de estilo ou figuras usados pelo chargista para exercer impactos nos leitores da charge? Como o chargista modifica o modo de ver, sentir e pensar dos leitores da charge sobre a morte de crianças em Gaza e a do Papa Francisco?

A charge da figura 1 de Carlos Latuff trata de um fato social profundamente doloroso e atual: as mortes de crianças em Gaza em decorrência dos conflitos armados, associadas ao recente falecimento do Papa Francisco (aqui representado de forma simbólica). O ponto de vista defendido pelo autor é nitidamente crítico à violência contra civis palestinos, especialmente crianças, denunciando as mortes como injustas, desumanas e silenciadas diante da comoção global por outras perdas — neste caso, a do Papa. O argumento central da charge é a justaposição irônica e dramática entre a figura mundialmente respeitada de Francisco e as crianças de Gaza retratadas como “anjininhos”, vítimas inocentes de um massacre, recebendo o Papa no céu. O uso dessa imagem visual e verbal fortalece uma crítica contundente à desproporcionalidade de atenção e empatia que se dá às mortes, dependendo de quem morre.

A pergunta “Quem são os anjininhos recebendo o Papa Francisco?” e sua resposta “As crianças de Gaza” produzem efeitos de sentido potentes: há um deslocamento da atenção do Papa para as crianças palestinas, invertendo o foco esperado da comoção. Essa formulação, com tom aparentemente ingênuo, expõe de modo trágico a brutalidade da guerra e seu custo humano. A resposta, seca e direta, revela o absurdo da normalização da morte infantil em zonas de conflito. Embora a charge não ofereça uma solução explícita, ela sugere, implicitamente, a urgência de interromper a violência e reconhecer o valor das vidas palestinas, sobretudo das crianças. A imagem celeste, comovente e cruelmente bela, humaniza as vítimas e demanda empatia e ação.

O auditório da charge é um público que acompanha notícias internacionais, se sensibiliza com questões de direitos humanos e reconhece a autoridade simbólica do Papa. As marcas explícitas dessa encenação estão nos traços caricaturais do Papa, no céu azul

com nuvens que remete ao imaginário cristão, e nos anjos infantis, todos elementos que constroem um cenário que o leitor deve reconhecer como “céu”, local de acolhimento das almas boas. Ao materializar sociologicamente esse contexto, Latuff associa uma imagem pública (a do Papa Francisco como pacificador) a outra invisibilizada (as crianças mortas em Gaza), criando uma denúncia visual. As imagens exteriores preexistentes que a charge evoca são a iconografia cristã dos anjinhos, o reconhecimento global da figura papal como símbolo de bondade, e os horrores da guerra em Gaza, muitas vezes, retratados em imagens de destruição, sofrimento infantil e luto. Desse modo, supomos que as crenças e valores evocados pela charge são a defesa da vida, a igualdade de todas as vidas humanas, a denúncia da violência institucional e da omissão internacional, e a empatia com os mais vulneráveis. Esses elementos constroem o *ethos* do chargista como alguém engajado politicamente, defensor dos direitos humanos e crítico da hipocrisia ou seletividade da comoção pública.

A representação cultural preexistente ativada na charge é a do céu cristão como lugar de consolo após a morte, a pureza das crianças como símbolo universal da inocência, e o papel da liderança religiosa como mediadora da paz. Ao contrapor essas ideias à tragédia das mortes civis, a charge provoca indignação e reflexão. Além disso, as marcas linguísticas (“Papa Francisco”, “crianças de Gaza”) e a estrutura dialógica (pergunta e resposta) constroem o caráter argumentativo da charge ao personalizar a denúncia. A linguagem simples, quase infantil, intensifica o impacto emocional e o contraste com o horror implícito da guerra. O *ethos* pré-discursivo do chargista é o de um autor conhecido por seu ativismo visual, especialmente em defesa da Palestina. Carlos Latuff tem reputação de militante político e isso legitima seu discurso como denúncia. Seu conhecimento de campo envolve política internacional, direitos humanos e crítica à violência estatal, o que lhe dá autoridade ao tratar desse tema com contundência simbólica. Quanto aos estereótipos ativados (AMOSSY, 2018), o Papa é apresentado como a figura espiritual afável, acolhedora, símbolo da paz. Não há um ataque ao Papa em si, mas um uso de sua imagem para ampliar a gravidade do que é denunciado — ou seja, mesmo um líder de tamanha relevância está agora diante de vítimas que, em vida, não receberam atenção proporcional à sua dor.

A intertextualidade opera fortemente ao convocar não apenas imagens religiosas tradicionais, mas também a memória de conflitos e reportagens sobre Gaza, associando-

as a outras narrativas públicas — como a morte de uma figura mundial — para realçar o contraste de tratamento social e midiático entre diferentes tipos de morte. A polêmica se instaura justamente aí: a morte de Francisco comove o mundo, a das crianças de Gaza, naturalizada, é lembrada apenas por vozes dissidentes como a do chargista.

No gênero da charge, por conta da natureza de dimensão argumentativa (CAVALCANTE *et al.*, 2020, 2022) e polêmica, a finalidade é denunciar, provocar reflexão e questionar as hierarquias de valor atribuídas às vidas humanas. Os quadros enunciativos envolvem um autor que interpela o público com ironia e emoção, personagens que simbolizam vítimas e autoridade moral, e um leitor posicionado a julgar a legitimidade da crítica. O chargista utiliza recursos de estilo como a metáfora visual (anjos no céu), a ironia e o contraste (vida eterna versus morte precoce, reconhecimento público versus esquecimento midiático) para chocar e sensibilizar. Esses efeitos estilísticos atuam no plano afetivo e racional. Por fim, Latuff modifica o modo como os leitores pensam a respeito da guerra ao deslocar o centro da empatia para as crianças palestinas, ampliando a indignação com sua morte ao nivelar sua dor com a perda de uma figura mundial como o Papa. Com isso, transforma uma tragédia distante em uma questão moral imediata.

b) O ensino da argumentação no discurso com a análise linguística

Essas análises ajudam os alunos a perceberem como os elementos linguísticos e visuais articulam sentidos e constroem um ponto de vista. O objetivo é fazer com que compreendam que todo texto (verbal ou visual) é uma construção argumentativa e que os efeitos de sentido dependem das escolhas linguísticas e discursivas feitas pelo enunciador. Acreditamos que as questões a seguir podem colaborar para esse intento.

1. No enunciado “Quem são os anjinhos recebendo o Papa Francisco?”, qual é a função do pronome interrogativo “quem” na construção argumentativa da charge?
2. Observe o enunciado “As crianças de Gaza”. Que efeito de sentido é produzido pela ausência de verbo e pela estrutura nominal direta? Como a oposição entre a imagem idealizada (anjos) e o referente concreto (crianças de Gaza) funciona argumentativamente? De que forma a presença do Papa Francisco na imagem

- contribui para a construção do ponto de vista implícito na charge? Que elementos visuais e linguísticos funcionam como modalizadores, orientando a leitura para uma interpretação crítica da realidade representada?
3. Quais são os nomes próprios presentes na charge? Qual deles se refere a uma figura pública? Qual o papel das marcas linguísticas (nomes próprios ou vocativos, descrições ou pronomes pessoais) para a construção da dimensão argumentativa da charge? Quais são as marcas linguísticas usadas pelo chargista para construir a imagem de si mesmo em seu discurso perante os seus leitores?
 4. Como o antropônimo, Papa Francisco, exerce a função de acessar os conhecimentos compartilhados e revela estereótipos devido às negociações diversas de significação do nome próprio entre os leitores da charge?

As perguntas propostas a partir da charge de Carlos Latuff são fundamentais para o ensino de análise linguística quando este se articula à compreensão da linguagem como prática discursiva e argumentativa. Ao direcionarem o olhar do estudante para os elementos formais do texto verbal e visual, essas questões promovem uma leitura que ultrapassa a identificação de estruturas gramaticais isoladas, permitindo que se observe como essas estruturas atuam na construção de sentidos, pontos de vista e posicionamentos ideológicos. A análise do enunciado “Quem são os anjinhos recebendo o Papa Francisco?”, por exemplo, possibilita discutir o funcionamento argumentativo do pronome interrogativo “quem”, evidenciando seu papel na organização do discurso e na produção de sentidos implícitos (AMOSSY, 2018). Com isso, o estudante compreende que elementos linguísticos como pronomes e formas interrogativas não têm apenas funções sintáticas, mas também funcionam como recursos persuasivos que convocam o leitor e orientam a leitura.

A observação do enunciado “As crianças de Gaza”, por sua vez, contribui para o desenvolvimento da competência discursiva ao mostrar como a estrutura nominal direta, sem a presença de um verbo, intensifica o impacto da mensagem. Tal construção sintática promove um efeito de objetividade e contundência, revelando que escolhas linguísticas aparentemente simples têm forte implicação argumentativa. Além disso, ao propor a análise da oposição entre a imagem idealizada dos anjos e a referência concreta das crianças palestinas, a atividade incentiva o estudante a reconhecer como o sentido se constrói na articulação entre linguagem verbal e visual, um aspecto essencial nas práticas

de letramento contemporâneas, marcadas pela presença de textos multimodais. A presença do Papa Francisco na charge também é um recurso discursivo que pode ser explorado em sala de aula para trabalhar a noção de *ethos*, ou seja, a imagem que o texto constrói do enunciador e do auditório. Nesse caso, a figura pública do Papa carrega consigo uma série de valores e significados compartilhados, o que permite discutir como os nomes próprios operam na ativação de estereótipos, expectativas e conhecimentos prévios por parte dos leitores. Ao analisar essas estratégias, os estudantes desenvolvem a capacidade de identificar marcas linguísticas e visuais que funcionam como modalizadores do discurso, orientando a leitura para uma interpretação crítica da realidade representada.

Por fim, as questões voltadas à identificação do auditório e das marcas de interlocução presentes na charge estimulam o estudante a compreender que todo texto é produzido com uma intenção comunicativa e dirigido a um destinatário específico, cujas características influenciam as escolhas linguísticas do autor. Ao trabalhar com essas perguntas em sala de aula, o professor favorece a construção de uma análise linguística mais significativa, centrada na compreensão do texto como forma de ação social (CAVALCANTE *et al.*, 2022), em que as escolhas linguísticas são sempre motivadas e situadas em contextos de uso. Dessa forma, o ensino de análise linguística se aproxima da realidade dos estudantes e contribui para a formação de leitores críticos e reflexivos.

c) O ensino da argumentação no discurso com a produção textual

A proposta de produção textual que pode ser desenvolvida a partir da charge de Carlos Latuff visa integrar leitura crítica, análise linguística e argumentação, promovendo o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos da educação básica. A charge em questão articula elementos verbais e visuais para apresentar uma crítica contundente à desproporcionalidade da comoção pública diante de diferentes tipos de morte. A partir dessa leitura, propõe-se que os alunos escrevam um texto de sequência argumentativa, em que reflitam criticamente sobre a seguinte questão: *Por que algumas tragédias recebem mais atenção e empatia do que outras, e o que essa seletividade revela sobre nossa forma de ver o mundo?* A proposta prevê que os estudantes retomem, com suas palavras, o conteúdo da charge e o ponto de vista ali defendido, articulando-o com exemplos atuais ou vivências pessoais que evidenciem a desigualdade no tratamento de

diferentes perdas humanas. Espera-se que o aluno utilize recursos linguísticos argumentativos adequados, como perguntas retóricas, comparações, exemplificações, marcas de subjetividade e apelos ao leitor, com o objetivo de construir um texto coerente, crítico e sensível. A atividade também convida os estudantes a refletirem sobre os valores éticos e sociais que orientam a recepção de determinadas notícias ou imagens, fomentando um olhar mais empático e questionador diante da realidade. Ao elaborar esse tipo de produção, os alunos exercitam a leitura de textos multissemióticos, a análise de elementos linguísticos e discursivos que constroem argumentos e a produção de um discurso autoral que dialoga com questões contemporâneas.

Considerações finais

Propusemos que o ensino de argumentação no discurso não seja dissociado da leitura, da análise linguística e da produção textual, já que a argumentação envolve os meios verbais que um locutor utiliza para agir sobre o interlocutor, tentando orientar suas maneiras de ver, sentir e pensar ou suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2018, p. 47). Por fim, ainda apresentamos sugestões de atividades para trabalhar a argumentação no discurso no ensino de leitura, de produção escrita e de análise linguística.

Referências

- ADAM, J. M. **Textos: tipos e protótipos**. Coordenação de tradução Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANSCOMBRE, J.C; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. **Langages**. Paris, n. 42, p. 5-27, jan. 1976.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior *et al.* Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. 3a versão. Brasília, 2017.
- CARVALHO, A. P. L. **Sobre intertextualidades estritas e amplas**. 2018.136f. - Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual**: conceitos e aplicações. Campinas: Pontes, 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Afinal, o que é um argumento? **Linha D'Água**: São Paulo, v. 37, n. 01, p. 197-227, jan.-mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i1p197-227>. Acesso em: 10 maio. 2024.

GRIZE, J. B. Logique de l'argumentation et discours argumentatif. **Travaux du Centre de Recherches Simiologique**. Neuchâtel: n. 7, mar. 1971.

GRIZE, J. B. Logique naturelle et représentations sociales. In: 1ST INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS, Ravello – IT, 1992. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.psr.jku.at/PSR1993/2_1993Grize.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2018.

MACEDO, P. S. A. de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

OLIVEIRA, R. L. de. **Uma análise textual do *pathos* em polêmicas**. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SOUSA, M. A. de. **A abordagem da argumentação na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio para o ensino de Língua Portuguesa**. 2020. 124 f. TCC (Monografia da Especialização em Ensino de Língua Portuguesa) – da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

Recebido em: 26 de setembro de 2025.

Publicado em: 20 de dezembro de 2025.